



CADERNOS DE

História e Memória Local

VOLUME 1





Cadernos de História e Memória Local, vol. 1

Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2012

Co-edição: Departamento de História da Universidade do Minho / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» / Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa

Coordenação: Fátima Moura Ferreira (Departamento de História da Universidade do Minho / CITCEM); Nuno Olaio (Câmara Municipal de Santo Tirso); Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Imagem de capa: Filipe Jorge in *Portugal Visto do Céu*, ed. Argumentum, Lisboa, 2007

Design gráfico: José Carvalho (Câmara Municipal de Santo Tirso)

Execução Gráfica:

Tiragem: 250 exemplares

ISBN: 978-972-8180-30-0 (CMST) / 978-989-97558-9-5 (CITCEM) / 978-972-8361-46-4 (CEHR-UCP)

Depósito legal: 347166/12

O CITCEM é financiado por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

CADERNOS DE

História e Memória Local

VOLUME 1



ÍNDICE

António Alberto de Castro Fernandes
Apresentação. «Parcerias para o futuro, o projeto de História e Memória Local» ----- pág. 07

Introdução ----- pág. 09

COLÓQUIO DE OUTONO

«Olhares cruzados sobre o lugar da História na(s) leitura(s) da contemporaneidade»

António Matos Ferreira
«A Inutilidade da História» ----- pág. 13

Álvaro Domingues
«A Paisagem enquanto descodificador do lugar» ----- pág. 25

Maria Manuel Oliveira
«A cidade, estaleiro de memória» ----- pág. 37

SEMINÁRIO TEMÁTICO

«Estado, Religião e Comunidade»

Fátima Moura Ferreira
«Legalidade constitucional e validade das leis: o projeto de reforma constitucional de 1900» ----- pág. 45

Adélio Fernando Abreu
«A diocese do Porto no fim do Século XIX. A Acção Pastoral do Cardeal D. Américo» ----- pág. 57

Maria Marta Lobo de Araújo
«Actuar na sociedade através de práticas de caridade: as Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)» ----- pág. 77

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves
«Católicos e catolicismo no final da Monarquia Constitucional» ----- pág. 91

Emília Araújo e Rita Ribeiro
«Tempo, memória e identidade» ----- pág. 101

A cidade, estaleiro de memória*

MARIA MANUEL OLIVEIRA (DAA, UMINHO)

Não será possível pensar a cidade sem tentar esclarecer o papel que a memória cumpre no território contemporâneo: se fetiche a que a sociedade recorre para se instalar num cenário idealizado que lhe confere glamour, se sistema referencial imprescindível à biografia identitária de um tecido urbano híbrido e instável.

A memória - e a história - são termos recorrentes no discurso sobre a cidade; sempre presentes, vêmo-los consideradas por alguns como essenciais à sua identidade, ao seu significado e ao seu uso, e, por outros, como um adereço já obsoleto de uma sociedade inevitavelmente genérica.

A reflexão crítica sobre o papel que a História cumpre na condição urbana contemporânea baliza-se pois, grosso modo, entre aqueles que a menosprezam como componente necessária à construção do território e os que a vêem como instrumento imprescindível à sua legibilidade, reconhecimento simbólico e desenvolvimento futuro.

De uma forma geral, os primeiros lêem a cidade como uma estrutura inexoravelmente dedicada ao consumo, onde o lugar que a este é destinado se sobrepõe ao conceito de espaço público; uma perspectiva que remete a cidade histórica, nomeadamente, para a condição de cenário adequado ao consumo de massas, sem outro interesse para a contemporaneidade que não o de constituir a alegoria de um tempo perdido. Em contraponto, os segundos sustêm que “a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é um locus da memória colectiva” (Rossi, 1977:174). Assim, consideram um imperativo ético resistir à voraz contaminação que tudo generaliza e crêem na construção biográfica do lugar, reservando à História um papel essencial no traçar da cidade.

Para nós, arquitectos, que no exercício disciplinar intervimos sobre o espaço desenhando-o e manipulando matéria, é imediata e evidente a associação entre a História e o seu traço físico: nesse sentido estamos sempre a trabalhar sobre o monumento, enquanto representação dessa mesma História (considerando-se aqui o monumento no seu significado lato, etimológico, monumentum / monere: aquele que adverte, que recorda, que interpela a memória).

* Intervenção realizada no Colóquio de Outono «Olhares cruzados sobre o lugar da história na(s) leitura(s) da contemporaneidade», realizado a 3 de Outubro de 2008, no Centro Cultural de Vila das Aves, Santo Tirso.

Percorrendo um arco imenso, quer do ponto de vista cronológico, quer da importância histórica situamo-nos afinal entre o túmulo megalítico e o nó da auto-estrada saturados de significado, reduzidos ao esquecimento, landmarks ou cenário indiferenciado, são muitos os níveis de leitura que dos monumentos fazemos, sendo o nosso olhar condicionado por variados filtros, dos quais o mais denso é o de ordem cultural.

A forma como a historiografia e a arquitectura, logo na sua esteira reconheceu e lidou com os monumentos entendidos no seu sentido mais canónico, tem variado de acordo com as visões eruditas dominantes no seu tempo:

O “grande monumento” foi intuído e identificado como uma valiosa referência memorial e arquitectónica já no Quatrocentos, pelo classicismo renascentista. No entanto, apenas a partir do século XIX, começou a ser reconhecido de forma sistemática e encarado como um documento que refere e valida uma determinada versão da História, credibilizando-a (é, aliás, significativo o facto de a expressão “monumento histórico” só ter entrado nos dicionários na segunda metade desse século). Generalizando-se, o sentido do património com valor histórico adquiriu progressiva vitalidade e consistência, tendo os edifícios objecto dessa consideração sido classificados de acordo com as taxonomias estilísticas e cronológicas em vigor à época.

A natureza destes monumentos circunscrevia-se então a três grandes categorias: os vestígios da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos/residências palacianas - sendo que a sua selecção derivava essencialmente da arqueologia e da história da arquitectura.

Para serem admirados em toda a sua plenitude foram, de forma comum, isolados e tratados de acordo com as correntes restauracionistas dominantes nesse período - que procediam à destruição da envolvente que os obscurecia e à remoção dos elementos impuros que o tempo tinha acrescido à edificação original. Esta atitude hiper-selectiva e auto-referente preponderou até meados do século XX, evidenciando-se também em Portugal na política de intervenção seguida pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que procurava recriar no monumento uma abstracta e idealizada unidade de estilo.

A primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos ocorreu em Atenas, no ano de 1931. Muito interessante foi o facto de, embora à margem do congresso, se terem discutido as questões relacionadas com o contexto do monumento, atitude que pressupõe a consideração, para além do objecto em si, do tecido urbano e da arquitectura dita menor.

Mas, na verdade, só a partir dos anos sessenta do século XX se efectivou a atenção ao património anónimo urbano e - talvez mais importante ainda, porque traduz uma deslocação de ponto de vista - se objectivaram as possibilidades de integração dos conjuntos históricos na vida colectiva cidadina.

De alguma forma desmitificando o monumento como algo refém do passado, alheio à contemporaneidade, e admitindo a sua potencial adequabilidade à vivência quotidiana, essa nova óptica - ao assumi-lo como receptáculo passível de acolher memória em construção - representa o grande avanço conceptual no entendimento hodierno do monumento arquitectónico.

Exactamente no início do século XX Alois Riegl publicava um estudo fundador que

pela primeira vez sistematiza as “qualidades” do monumento e os seus “valores”. Riegl fala do surgimento de um culto moderno em relação às manifestações artísticas do passado, um “estado de espírito” que adquire carácter quase religioso. Esse culto dilatou-se gradualmente ao longo do século, geográfica, cronológica e tipologicamente: mundializou-se, alastrou à contemporaneidade e estendeu-se a domínios anteriormente insuspeitos de virem a pertencer às fileiras patrimoniais.

Nas vertentes em que mais directamente se articula com a arquitectura, o património vernacular, modernista, paisagístico e industrial, adicionou-se às anteriores categorias, constituindo uma massa imensa e híbrida, cuja importância relativa muitas vezes se torna difícil hierarquizar: todos os edifícios evocam História, todos emulam a memória numa multiplicidade de narrativas com espessura temporal que conferem ao suporte físico atributos diversos e por vezes contraditórios, conforme a perspectiva através da qual são descritos.

Em simultâneo e associado ao projecto político da democratização do saber, o turismo cultural favoreceu o crescimento exponencial do seu público, de alguma forma transformando o culto em indústria (Choay, 1982). Dos emblemáticos centros históricos europeus às novas cidades asiáticas, história, património, memória e consumo confundem-se progressivamente, submetidos à lógica de uma invasiva obsessão patrimonialista.

Repositório de gerações incontáveis, as cidades mais antigas orgulham-se dos seus edifícios e musealizam-se, fabricando imagens idealizadas e anacrónicas; as cidades recentes, essas, desacreditando na possibilidade de construírem a sua própria história, inventam parques temáticos, disneylândias periféricas onde se consomem maquetas de consagrados ícones civilizacionais.

Este revela-se um percurso que sublinha a “crónica das peculiaridades do capitalismo tardio [onde] o pastiche e a nostalgia são modos essenciais da produção e recepção de imagens” (Appadurai, 2004:47), exaltando encenações historicistas destinadas mais ao voyeurismo turístico do que à vida cidadina. E que, em simultâneo, branqueia a desatenção da administração pública à outra cidade, menosprezada como recente e periférica, que cresce sem o investimento necessário à adjectivação da sua urbanidade e à estruturação da sua própria história “À memória patológica da imitação (esquecimento zero), contrapõe-se a indiferença perante o contexto (esquecimento infinito)” (Muntañola, 2002:10).

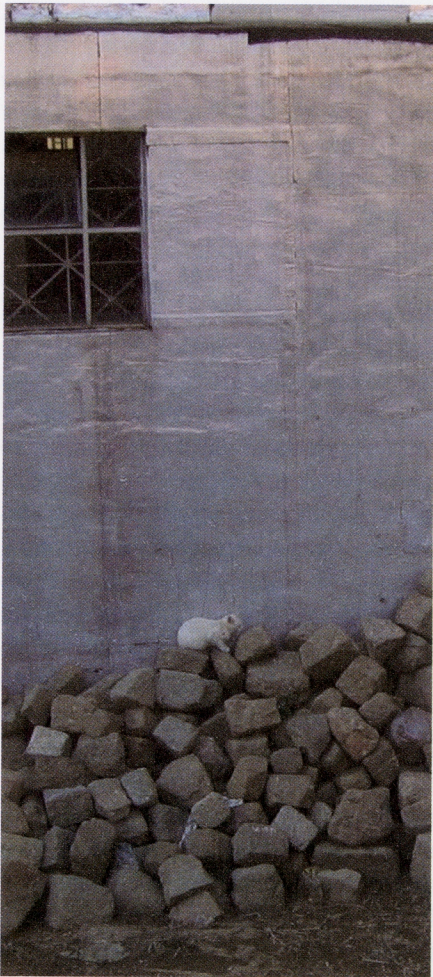
Fazer arquitectura envolve, sempre, um exercício de transformação sobre a memória; significa trabalhar na rede do tempo e da metamorfose, interpretando uma realidade compósita e atribuindo-lhe novos significados.

O território humanizado é uma muito eloquente expressão da História, talvez a mais colectiva, a mais visível e, também, a mais sujeita a discursos antagónicos; constitui uma tecitura irregular, fragmentada, um palimpsesto sem cronologia e lógica evidentes. Suporte físico do devir da História, apresenta-se-nos como uma realidade que só apreendemos parcelarmente, sujeito que somos dessa mesma história em construção.

Ao arquitecto cumpre, através do seu desenho, a missão de atribuir legibilidade a

esse patchwork, propondo uma estrutura espacial sensível e hierarquizada em níveis que se cruzem e mutuamente se alimentem propósito que exige um rigoroso esforço de selecção, por vezes de muito difícil e delicado acerto. E o conhecimento da História confere segurança à operação demonstrando-se, nas suas múltiplas vertentes disciplinares (objectual, urbana, territorial e paisagística), como um instrumento indispensável ao exercício competente da arquitectura.

“É o saber usá-lo [ao corpo disciplinar dos historiadores] que compete aos arquitectos que, na sua absoluta contemporaneidade, produzirão as novas obras que constituirão, essas sim, novas qualificações do seu próprio corpo do saber” (Costa, 2007:262).



Sítio arqueológico do Alto da Cividade, Braga (2008)

Um gato branco brinca sobre pedras talhadas por artífices romanos, que se empilham contra o tardo de uma fileira de garagens edificadas nos anos oitenta do século XX: cerca de dois mil anos separam ambas as manifestações de ocupação

daquele território: expostas sem artifício, em situação de contiguidade, não constituem no entanto, sob qualquer ponto de vista, uma narrativa articulada (a imagem foi feita muito recentemente: reflecte portanto uma realidade próxima; não se pretende como alegoria de um discurso negativista interessa aqui pela sua intensidade).

Nesta circunstância, as opções que se nos apresentam para a (re)invenção espacial e construção do novo lugar, não são particularmente difíceis: estamos perante uma situação demasiado óbvia, em que os valores em causa se colocam nos extremos da mesma escala: por um lado temos vestígios antiquíssimos, artefactos de uma civilização que fundamenta a nossa cultura e, por outro, a expressão de uma desqualificada arquitectura com cerca de três décadas, fruto de uma boçal especulação imobiliária.

A primeira e mais profunda questão que nesta circunstância se coloca respeita a forma como lidar com o sítio arqueológico a que estas pedras pertencem e que se localiza em pleno centro da cidade: vamos isolá-lo, como um conjunto monumental bem delimitado e devidamente musealizado, encerrado no layer da sua própria temporalidade, ou vamos confrontar essa viagem no tempo com a urbanidade envolvente, rompendo as barreiras com a vida cidadina em que (não) se inclui? Parque temático de Bracara Augusta ou tecido romano incluído na Braga contemporânea? Como se articula a “cidade comum” com a “cidade património”?

Mas, enquanto arquitectos, as nossas intervenções de uma forma geral situam-se em terrenos mais dúbios, onde os monumentos os tais objectos que nos advertem, que nos interpelam são muitas vezes híbridos, resultado de intervenções sucessivas e não particularmente interessantes de per si. Outras vezes é o conjunto em que se integram que demonstra virtualidades inegáveis, explicitando a passagem do tempo, a vivência sobreposta de múltiplas camadas de gerações e modos de habitar. Mas também casos existem em que o monumento se encontra isolado, descontextualizado e aí, poderá (deverá, terá de?) constituir-se ele próprio como pretexto para a intervenção, o seu móbil, o tema da construção da memória e da história do lugar.

Em qualquer dos casos, o passado oferece, não soluções, mas chaves de leitura; o desígnio e o desenho arquitectónicos, esses, devem interpretá-lo e, definitiva e radicalmente contemporâneos, marcar a evolução da cidade, afirmando um olhar sobre o património herdado em que a sua época se revê.

Torna-se, pois, essencial encontrar na pesquisa da função expressiva e simbólica da urbanidade critérios que nos permitam reconhecer, hierarquizar e articular espacialmente os traços físicos que a História nos legou, no sentido de atribuir melhor legibilidade ao território e de construir uma infraestruturas tangível, pontuada por monumentos de diversos valores e escalas, uma rede de memória que estruture a representação mental da urbs.

Sistema aberto, com grande sobreposição ao espaço público, disponível à inclusão de novos elementos e à migração de valores relativos, essa rede deverá construir as proximidades e permeabilidades necessárias a um uso intencionalizado e amigável por parte de uma população progressivamente miscigenada. Essa identificação, essa afinidade entre os cidadãos e o território mutante que ocupam, conferir-lhe-á espessura, obstando ao seu deslizamento em direcção à isotropia extensiva.

E aceitando, com Françoise Choay (2000:95), que “indivíduos e sociedades não

podem preservar e desenvolver a sua identidade senão na durée e através da memória”, parece indispensável que o recurso à História inverta a tendência para a utilizar de uma forma fechada, taxionómica, musealizada, e assuma a sua vertente de memória activa aberta, em construção, contemporaneamente biográfica.

Assim, a comunidade entender-se-á a si própria como um organismo em permanente evolução, interessado em estabelecer referenciais que lhe permitam reflectir-se, reconhecer-se e pensar-se, assumindo o desenvolvimento de um projecto de urbanidade sem riscos de dissolução na névoa da cidade genérica.

A cidade contemporânea, nas suas complexas e contraditórias versões, não será - desejemo-lo - a cidade sem memória, mas um espaço geográfico multicultural estruturado por uma rede de lugares que integrem o sistema de espaços colectivos fundadores.

Estaleiro de memória, edifiquemos, criticamente e em permanência, a Cidade e a sua História.

Referências bibliográficas:

- APPADURAI, Arjun - *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004.
- CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Ed. 70, [1982] 2000.
- COSTA, Alexandre Alves - *O lugar da História*. In *Textos datados*. Coimbra: e|d|darq, 2007, p.253-264.
- MUNTAÑOLA, Joseph - *Arquitectura, proyecto y memoria*. DPA: Documents de Projectes d'Arquitectura. Nº 18 (2002), p. 6-13.
- RIEGL, ALOÏS - *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: Editions du Seuil, [1903] 1984.
- ROSSI, Aldo - *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Ed. Cosmos, [1966] 1977